

Zanin atende a pedido de Lula e suspende desoneração da folha de empresas e prefeituras

O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), atendeu a um pedido do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e suspendeu na quinta-feira (25) trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores e cortou a alíquota previdenciária de prefeituras.

A ação foi apresentada ao Supremo na quarta (24) e é assinada pelo próprio presidente e pelo chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), ministro Jorge Messias.

O principal argumento da ação é que a desoneração foi aprovada pelo Congresso Nacional “sem a adequada demonstração do impacto financeiro da medida”.

O governo diz que a ausência de compensação viola

a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Constituição Federal.

Zanin considerou que, sem indicação do impacto orçamentário, poderá ocorrer “um desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado”.

A decisão de Zanin, uma liminar (determinação urgente e provisória), já tem validade e será levada para análise dos demais ministros em sessão virtual que se inicia na madrugada de sexta-feira (26) e termina no dia 6 de maio.

Ao fundamentar a decisão, o ministro afirmou que em 2000 “o país passou a buscar a responsabilidade fiscal com a valiosa participação do Congresso Nacional”, citando a lei que trata do tema.

Ele acrescentou que, no entanto, “as regras fiscais aprovadas naquela oportunidade passaram por um processo de flexibilização ao mesmo tempo que houve um aumento desordenado de despesas públicas nos últimos anos”.

O ministro menciona, então, a regra do teto de gastos, aprovada pelo Congresso em 2016, durante a gestão Michel Temer (MDB), que limitava o crescimento das despesas do governo federal com o objetivo de evitar o descontrole das contas públicas.

“[A emenda à Constituição do teto foi] aprovada em prazo exíguo e num momento político conturbado do país, tudo para reforçar a intenção das Casas Legislativas de promover o efetivo controle das contas públicas.”

Folhapress



Economia



64,2 milhões vivem em lares com insegurança alimentar no Brasil

Página - 03

Política

Proposta do governo para tributária bate de frente com projetos do setor privado

Página - 04

Se dependermos só do mercado, vamos continuar a aquecer o planeta, diz Mercadante

Página - 04

Reforma regulamenta tributação em pedágios e viagens entre estados

Página - 03

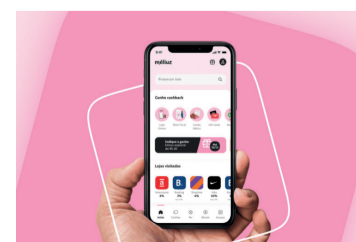


R\$7 bilhões e 129 lojas engolidas: A maior compra da história do Carrefour de rival para aniquilar o Assaí

Página - 05

Méliuz assina contrato para aquisição de 19,4% da Zippy por R\$ 2,9 milhões

Página - 05



No Mundo

Após carta do Brasil e de outros países, Hamas diz que não cederá à pressão internacional



O Hamas reiterou na quinta-feira (25) sua exigência de que Israel acabe com a guerra em Gaza como parte de qualquer acordo para libertar reféns, e disse que não será influenciado por uma declaração conjunta assinada pelos Estados Unidos, o Brasil e outros 16 países fazendo um apelo ao grupo.

O membro sênior do Hamas Sami Abu Zuhri disse à Reuters que os EUA precisam forçar Israel a pôr fim à sua agressão em Gaza. “A bola agora está no campo norte-americano”, afirmou.

Estados Unidos, Brasil e outros 16 países divulgaram oficialmente nesta quinta um apelo para que o Hamas liberte todos os seus reféns como

um caminho para acabar com a crise na Faixa de Gaza.

“Pedimos a libertação imediata de todos os reféns mantidos pelo Hamas em Gaza há mais de 200 dias”, disseram os países na declaração, no que uma autoridade dos EUA chamou de uma extraordinária demonstração de união.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia antecipado a jornalistas na terça-feira (23) que havia assinado a declaração.

Todos os 18 países têm cidadãos detidos pelo Hamas seis meses depois que o grupo lançou seu ataque de 7 de outubro ao sul de Israel e matou 1.200 pessoas. Acredita-se que os militantes ainda estejam mantendo 129 reféns dos

253 que fizeram inicialmente.

Michel Nisenbaum, de 59 anos, sequestrado pelo Hamas, é um brasileiro que mora em Israel desde a adolescência. Outros três brasileiros foram mortos pelo grupo no dia do ataque.

Os signatários foram Brasil, EUA, Argentina, Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Espanha, Tailândia e Reino Unido.

Uma autoridade dos EUA, informando os repórteres sobre a declaração, disse que havia algumas indicações de que poderia haver um caminho para um acordo sobre a crise dos reféns, mas que não estava totalmente confiante. CNN

Israel intensifica ataques aéreos a Rafah em meio a alerta de invasão

Israel intensificou ataques aéreos em Rafah durante a noite depois de dizer que retiraria civis da cidade e lançaria um ataque total, apesar dos avisos dos aliados de que isso poderia causar mortes em massa. Médicos no enclave palestino sitiado relataram cinco ataques aéreos israelenses em Rafah no início da quinta-feira que atingiram pelo menos três casas, matando pelo menos seis pessoas, incluindo um jornalista local.

“Temos medo do que vai acontecer em Rafah. O nível de alerta é muito alto”, disse à Reuters Ibrahim Khraishi, embaixador palestino nas Nações Unidas.

“Alguns estão partindo, eles têm medo pelas suas famílias, mas para onde eles podem ir? Eles não estão sendo autorizados a ir para o norte e, portanto, estão confinados a uma área muito pequena.”

No sétimo mês de uma guerra aérea e terrestre devastadora contra o grupo islâmico Hamas, da Faixa

de Gaza, as forças israelenses também retomaram o bombardeio das áreas norte e central do enclave, bem como a leste de Khan Younis, no sul.

O gabinete de guerra do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, estava realizando reuniões “para discutir como destruir os últimos vestígios, o último quarto dos batalhões do Hamas, em Rafah e em outros lugares”, disse o porta-voz do governo, David Mencer.

Ele se recusou a dizer quando ou se o gabinete poderia dar um sinal verde para uma operação terrestre em Rafah.

A guerra, agora em seu sétimo mês, matou pelo menos 34.305 palestinos, disseram autoridades de saúde de Gaza nesta quinta-feira. A ofensiva acabou com grande parte do enclave densamente povoado e amplamente urbanizado, deslocando a maioria de seus 2,3 milhões de moradores e deixando muitos com pouca comida, água ou cuidados médicos. CNN

Mais de um mês após premiê anunciar renúncia, governo transitório assume no Haiti



Mais de um mês após o anúncio da renúncia do então primeiro-ministro Ariel Henry, o governo transitório assumiu o comando do Haiti. Na quinta-feira (25), os nove membros do Conselho Presidencial de Transição prestaram juramento no Palácio Nacional, em Porto Príncipe, para serem empossados. O comitê tem a missão de tentar restaurar a ordem em um país abalado pela grave violência entre gangues.

Enquanto se aguarda a nomeação de um novo primeiro-ministro pelo Conselho Presidencial nos próximos dias, o Haiti funcionará

com um governo provisório nomeado na última quarta-feira (24). O ministro das finanças de Henry, Michel Patrick Boisvert, será o primeiro-ministro interino.

“Hoje é um dia importante na vida de nossa querida república, este dia de fato abre uma perspectiva para uma solução para as crises multidimensionais que o país enfrenta”, disse Boisvert após o juramento formal do conselho de transição. Ainda não se sabe se o Conselho conseguirá chegar a um consenso sobre a nomeação de um primeiro-ministro e entregar o poder a um governo eleito até fevereiro de 2026. Além

disso, as gangues do país expressaram descontentamento por terem sido excluídas das negociações de transição.

Henry, que havia anunciado em 11 de março que renunciaria assim que as novas autoridades fossem empossadas, oficializou a saída do governo. “Agradeço ao povo haitiano pela oportunidade de servir ao nosso país com integridade, sabedoria e honra. O Haiti renascera”, escreveu em uma carta. O ex-premiê havia assumido o cargo em julho de 2021, cerca de duas semanas após assassinato a tiros do presidente Jovenel Moïse, que o tinha indicado ao posto. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



64,2 milhões vivem em lares com insegurança alimentar no Brasil



O Brasil tinha quase 64,2 milhões de pessoas vivendo em domicílios classificados com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) em 2023.

É o que apontam dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) divulgados na quinta-feira (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A escala utilizada pelo levantamento contabiliza desde endereços com incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro até os casos mais extremos, de locais já afetados pela fome.

O contingente de quase

64,2 milhões morava em 21,6 milhões de lares identificados com insegurança alimentar. Esses 21,6 milhões de endereços correspondiam a 27,6% do total de domicílios no país em 2023 (78,3 milhões).

A proporção perdeu força na comparação mais recente da série histórica do IBGE, embora o problema ainda afete quase 3 em cada 10 lares.

O percentual de domicílios em insegurança alimentar era de 36,7% (ou 25,3 milhões) na pesquisa do órgão que havia investigado o tema pela última vez, a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017-2018.

Apesar de os levantamentos serem diferentes, os seus resultados podem ser analisa-

dos em conjunto porque seguem a mesma metodologia, indica o instituto.

O IBGE utilizou critérios da Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) para identificar os domicílios em condição de segurança ou insegurança alimentar.

O órgão não pesquisou o tema no intervalo entre a POF 2017-2018 e a Pnad 2023. Durante esse vácuo, o país amargou os efeitos da pandemia de Covid-19.

Com a crise sanitária e econômica, famílias perderam renda e sentiram a disparada dos preços dos alimentos. Cenas de brasileiros em busca de doações e até de restos de comida ganharam evidência à época.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Novo imposto incidirá sobre compras em sites estrangeiros

Atualmente isentas de impostos federais e pagando 17% de imposto estadual, as compras de produtos e de serviços em sites com sede no exterior de até US\$ 50 pagarão o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Criado pela reforma tributária e composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, imposto estadual e municipal), o IVA começará a ser cobrado em 2026 e será implementado gradualmente até 2033.

A regra está prevista no projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária. A proposta - enviada ao Congresso Nacional - estabelece que qualquer compra de produtos e de serviços por meio de plataformas digitais, inclusive sites estrangeiros, será tributada pelo IVA. Não haverá distinção de valores para a cobrança.

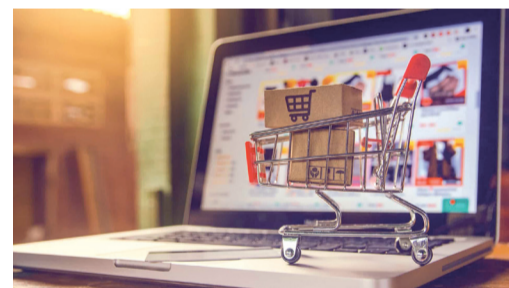
As novas regras do IVA não alteram o Imposto de Importação, tributo que não entrou na reforma tributária

e que continua com isenção até US\$ 50. Em tese, além do IVA, as mercadorias compradas no exterior poderão pagar uma tarifa de importação que pode ser alterada a qualquer momento pelo governo por decreto.

Desde agosto do ano passado, quando entrou em vigor o Programa Remessa Conforme, a Receita Federal isenta de Imposto de Importação as compras de até US\$ 50 destinadas a pessoas físicas. Os estados cobram 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em troca, os sites participantes do programa informam a Receita Federal da compra, com as mercadorias tendo prioridade na liberação pela alfândega.

Em entrevista coletiva para detalhar o projeto de lei complementar, o secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que as empresas sediadas no exterior terão que fazer o registro para recolher a CBS e o IBS.

Wellton Máximo/ABR



Reforma regulamenta tributação em pedágios e viagens entre estados



Apesar de estabelecer a cobrança no destino (local de consumo da mercadoria), a reforma tributária trará exceções para pedágios e viagens entre estados. O projeto de lei complementar que regulamenta o tema definiu o tratamento em viagens entre estados, no transporte de cargas e em pedágios.

Em relação ao transporte de passageiros, o texto, enviado ao Congresso na quarta-feira (24), definiu que o fato gerador do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, tributo administrado pelos estados e pelos municípios) será o local de início da corrida. Dessa forma, o estado e o município de onde partem o ônibus, o avião ou o táxi (no caso de corridas entre cidades)

ficarão com a arrecadação.

No caso do transporte de cargas, no entanto, valerá o contrário. O fato gerador foi definido como o ato da entrega ou o oferecimento da mercadoria transportada ao destinatário. Dessa forma, o IBS será cobrado no destino. O mesmo valerá para a compra de mercadorias em site, com o imposto sendo cobrado na entrega quando o produto for enviado por transportadora ou pelo correio.

Para os pedágios, a regra é mais complicada. O IBS será repartido entre os municípios e as unidades da Federação por onde passa o trecho da rodovia concedido à iniciativa privada. No caso dos municípios, os recursos serão divididos na proporção da extensão da

estrada em cada localidade.

Nos estados e no Distrito Federal, haverá uma regra específica, mas o governo propõe que a repartição também ocorra proporcionalmente à extensão da estrada explorada pela concessionária em cada unidade da Federação.

Na compra de imóveis e na realização de eventos, o IBS será cobrado no local de realização, mesmo que a empresa tenha sede em outro estado. Em serviços de comunicação com transmissão por meio físico, como cabos e fibra óptica, o fato gerador também ocorrerá no destino. Caso a transmissão não ocorra por meio físico, como ondas eletromagnéticas, o imposto será cobrado no domicílio principal do destinatário.

Wellton Máximo/ABR

Política

Proposta do governo para tributária bate de frente com projetos do setor privado



A proposta do governo de regulamentação da reforma tributária bate de frente, em muitos pontos, com os projetos apresentados nas últimas semanas pelo grupo paralelo formado por congressistas e representantes do setor privado.

A lista de bens e serviços contemplados com isenções e alíquotas reduzidas e o “cashback” são alguns exemplos dos embates que devem marcar as discussões nos próximos três meses -prazo previsto para votar o texto na Câmara.

Na entrega da proposta aos congressistas, o secretário Bernard Appy afirmou que um número menor de exceções permite manter a alíquota dos novos tributos próxima

de 26,5%. Lembrando que a tributação padrão atual é de 34%, como citou o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Outro ponto polêmico é a inclusão de automóveis (exceto os menos poluentes) e bebidas açucaradas na lista de produtos com tributação adicional pelo Imposto Seletivo, pelos danos causados por esses bens à saúde e ao ambiente.

O governo foi mais comedido ao listar apenas três minerais que serão tributados pelo mesmo motivo (minério de ferro, petróleo e gás natural), mas decidiu não isentar a exportação desses produtos.

Há também pontos na proposta da Fazenda que vão ao encontro dos projetos do grupo paralelo, como a redução de obrigações tributárias

acessórias e a busca pela harmonização entre as atuações de União, estados e municípios.

Merece ainda uma análise mais detalhada as soluções propostas para dois grandes problemas do sistema atual: a garantia da não-cumulatividade e a mudança do local de tributação da origem para o destino.

Uma das autoras da proposta que resultou na emenda constitucional da reforma, a tributarista Vanessa Canado sempre defendeu que os projetos de um governo devem se basear naquilo que é o melhor do ponto de vista técnico.

Concessões políticas, se houver, devem ser feitas durante o debate público no Congresso.

Lula critica orçamento da Embrapa e cobra Haddad

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou na quinta-feira (25) da cerimônia de aniversário de 51 anos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e ouviu um sonoro “não” da plateia, ao questionar se a empresa teria os recursos necessários para fazer as pesquisas.

O próprio Lula criticou o orçamento da empresa e disse que é um “absurdo” a empresa não ter todos os recursos que necessita. Então, com um leve sorriso, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Carlos Fávaro (Agricultura), presentes no evento, acrescentando que ambos discursaram e em nenhum momento abordaram questões de dinheiro e investimentos.

“Eu notei aqui duas coisas legais. O Haddad veio aqui, falou bonito, mas não falou de dinheiro. Aí eu falei [com ele], ele tratou com o meu ministro da Agricultura, o Fávaro. O Fávaro é que vai falar de dinheiro. O Fávaro veio aqui, falou, falou, falou, pu-

xou o saco dos funcionários e também não falou de dinheiro”, afirmou o presidente.

A única que falou de dinheiro foi a única que não assinou nenhum protocolo, que foi a companheira Luciana, ministra de Minas e Energia [Na verdade, ministra de Ciência e Tecnologia], completou.

Lula ainda falou que é um “absurdo” a empresa não ter recursos para avançar com todas as pesquisas que considera necessário.

“Muitas vezes não consegue fazer uma pesquisa porque falta R\$ 30 milhão [sic], R\$ 15 milhão. É uma coisa tão absurda que um centro de conhecimento deixa de fazer uma pesquisa porque falta R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões. Eu diria que é irresponsabilidade de todo mundo”, afirmou o presidente.

Lula participou da cerimônia de aniversário dos 51 anos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), na sede da empresa, em Brasília.

Renato Machado/Folhapress



Folhapress

Se dependermos só do mercado, vamos continuar a aquecer o planeta, diz Mercadante



O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, defendeu na quinta-feira (25) políticas públicas para o financiamento de projetos da “nova energia”.

Na visão dele, o mercado financeiro não tem condições de suprir sozinho a demanda por investimentos na área de transição energética.

“É a primeira vez na história que a nova matriz energética custa mais do que a anterior. Por isso, ela depende decisivamente do Estado e de políticas públicas, ou ela não vai acontecer”, disse Mercadante.

“Se deixarmos simplesmente pelas forças de merca-

do e pelo menor custo, vamos continuar emitindo gás carbônico, aquecendo o planeta.”

As declarações ocorreram em um fórum na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, sobre crédito para inovação na indústria.

O evento também contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

“Não temos as naves que alguns estão construindo para tentar sair da Terra, e pode ser que consigam, não antes deixando de fazer muita bobagem por aqui. Este é o nosso planeta, tem um custo, e precisamos de política pública”, declarou Mercadante, sem citar nomes.

A fala vem após as polêmicas envolvendo o bilionário Elon Musk e o governo brasileiro. Musk comanda a empresa SpaceX, de voos espaciais.

De acordo com Mercadante, o cenário para a indústria é “complexo e desafiador” no Brasil. Ao tocar nesse ponto, ele voltou a indicar que outros países estão direcionando recursos em créditos não reembolsáveis para atividades consideradas estratégicas na nova economia.

“É evidente que não temos a mesma capacidade fiscal. Não temos como competir com os recursos que estamos vendo. Temos alguma [capacidade fiscal] e temos de usá-la com muita inteligência”, declarou.

Leonardo Viecelli/Folhapress

Fusões & Aquisições

R\$7 bilhões e 129 lojas engolidas: A maior compra da história do Carrefour de rival para aniquilar o Assaí



Carrefour e Assaí são grandes redes de supermercados e há anos são concorrentes no mercado. Cada uma a sua maneira cria estratégias para obter o maior sucesso com suas redes. Muitas dessas estratégias envolve compra de outras redes. É comum uma grande empresa adquirir uma de menor expressão para aumentar o seu poder no mercado. E o Carrefour fez isso.

Em conversa exclusiva com o site NeoFeed, o CEO Stéphane Maquaire comentou sobre os planos da gigante após comprar o gigante

Big por nada menos que R\$ 7 bilhões em abril de 2023. O CEO da Carrefour Brasil expôs que a aquisição foi difícil: “Foi um trabalho intenso, num momento de consumo mais fraco e concorrência mais acirrada”. Maquaire ainda expôs o ponto positivo: “Mas foi melhor ter enfrentado tudo ao mesmo tempo. Agora, estamos maiores e prontos para quando o consumo voltar”.

Ainda conforme informações do NeoFeed, das 129 lojas adquiridas do Big, 76 foram para o Atacadão. As outras 48 reforçaram a base dos hipermercados Carrefour e as

5 restantes passaram a operar sob a marca Sam's Club.

Com o investimento bilionário, o Carrefour reforçou sua presença em algumas cidades e isso fez bem para o nome da marca. Os pontos de venda que eram do Big, foram interessantes para os negócios.

Conforme informações do site oficial do Carrefour Brasil, a gigante tem mais de 500 unidades espalhadas por aí e emprega cerca de 70 mil pessoas. O grupo está há 40 anos fazendo sucesso por aqui. Eles são os principais do ramo de rede de supermercados.

Fusões & Aquisições

Méliuz assina contrato para aquisição de 19,4% da Zoppy por R\$ 2,9 milhões

O Méliuz assinou contrato para aquisição de 19,4% da Zoppy Tecnologia, empresa que presta serviços de gestão de CRM (Customer Relationship Management) voltada ao mercado de pequenos e médios varejistas, por R\$ 2,9 milhões.

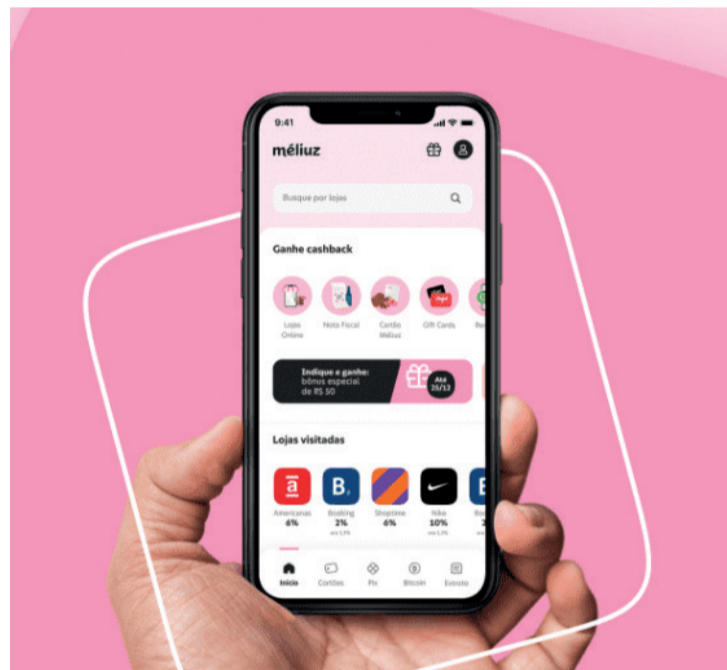
O comunicado foi feito pela empresa (BOV:CASH3) na quarta-feira, 24.

A Zoppy é um ecossistema de relacionamento das marcas com seus consumidores e, por meio de giftback, automação de marketing, dados e segmentação de clientes, revoluciona a fidelização de

compra e melhora a satisfação dos consumidores com menos esforço para os varejistas.

A startup possui mais de 500 marcas em seu portfólio em todo o território nacional. Adicionalmente a aquisição de 19,4%, os vendedores outorgaram uma opção de compra de mais uma parcela minoritária do capital social em 2026 e de parcela remanescente do capital social em 2029, ambas a exclusivo critério do Méliuz, cujo preço de exercício será calculado com base nas métricas financeiras apuradas nos exercícios sociais de 2025 e 2028, respectivamente.

Fusões & Aquisições



Nasce a Tello, empresa de fertilizantes da Amaggi, Coopercitrus e outros três sócios



Com aporte de R\$ 120 milhões, primeira fábrica começou a ser construída em SP e a segunda será erguida em Mato Grosso.

A empresa de fertilizantes organominerais resultante da sociedade entre Amaggi, Coopercitrus, Tecnobeef, Souza e Lucas Participações e Viola Participações já tem nome. Ela se chama Tello, uma homenagem à deusa romana da terra Tellus, e inaugura uma nova categoria na indústria de insumos, a de fertilizantes biointeligentes. A parceria entre os cinco grupos foi anunciada ao mercado em janeiro deste ano. À época, pouco se sabia. Além dos sócios, foi informada a construção de uma fábrica, com capacidade para 200 mil toneladas por ano de fertilizantes organominerais,

mais sustentáveis que os tradicionais adubos químicos.

Três meses após o anúncio, a Tello começa a ganhar cara e corpo. O terreno da primeira unidade já está sendo preparado em Altair (SP). Serão investidos R\$ 120 milhões para construir a unidade que terá capacidade inicial para 200 mil toneladas por ano, mas com estrutura para dobrar a produção de acordo com a demanda.

A expectativa dos sócios é que a unidade entre em operação em 18 meses e tenha capacidade para atender a demanda dos clientes a partir do segundo semestre de 2025. Em seu primeiro ano de operação, a fábrica deve gerar uma receita de R\$ 500 milhões já em 2026. Com a produção encaminhada, os sócios buscaram agora um

CEO para conduzir a Tello e formar a equipe executiva da empresa. O conselho de administração será composto por um representante de cada sócio e terá a presidência rotativa, com ciclos de 12 meses.

O primeiro presidente escolhido foi Carlos Pellicer, sócio na Viola Participações. Em entrevista ao IM Business, ele disse que o foco da empresa está no solo e em como viabilizar a longevidade da produção agrícola.

“Em 88% dos nossos ensaios registramos um aumento da produtividade do solo nas áreas que utilizaram nossos produtos. Em termos práticos, nas áreas de soja houve um acréscimo de 3 a 5 sacas por hectare e, nas culturas perenes, houve um crescimento de 7% a 10% no rendimento”, disse Pellicer.

Fusões & Aquisições



Publicidade Legal

EZS Informática S.A.

CNPJ nº 06.234.798/0001-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativo	2023	2022	Notas	2023	2022	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Circulante	46.411	39.041									
Caixa e equivalentes de caixa	860	16.276									
Depósitos em garantia	-	2.161									
Contas a receber	36.506	20.398									
Empréstimos concedidos	9.023	-									
Impostos e recuperar	-	39									
Despesas antecipadas	22	167									
Não circulante	35.881	33.719									
Contas a receber	22.497	19.796									
Depósito judicial	9	20									
IRPJ e CSLL diferido	16	-									
Imobilizado	26	42									
Intangível	13.334	13.861									
Total do ativo	82.291	72.760									
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante	43.405	33.989									
Fornecedores	34.530	22.031									
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.778	3.664									
IRPJ e CSLL	493	1.120									
Contas a pagar por aquisição de Companhia	-	1.802									
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	4.396	4.146									
Receita diferida	1.035	1.206									
Contas a pagar partes relacionadas	173	5									
Outras contas a pagar	-	15									
Não circulante	11.734	13.771									
Fornecedores	8.273	10.725									
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.450	16									
IRPJ e CSLL	2.012	2.012									
Receita diferida	-	1.018									
Patrimônio líquido	27.151	25.000									
Capital social	12.608	12.608									
Reserva legal	1.882	1.255									
Reserva de lucros	12.661	11.137									
Total do passivo e patrimônio líquido	82.291	72.760									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações sobre a Sociedade: Fundada em 1999, a EZS Informática S.A. ("Companhia") é uma empresa sediada em São Paulo, e atua na prestação de serviços especializados em segurança da informação e comercialização de licenças de uso de software. Com a missão de entregar soluções customizadas e com uma equipe de especialistas altamente qualificados, ajuda as companhias a se protegerem de constantes ameaças cibernéticas. A Companhia faz parte de um grupo empresarial que inclui a Tempest Serviços de Informática S.A., sua controladora; e a Embracer S.A., controladora da Tempest Serviços de Informática S.A., utilizando-se de o fornecendo para a estrutura de companhia especificamente relativos à atividade de gestão e administração dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da EZS foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo, quando assim requeridas as demonstrações financeiras de 2023 foram aprovadas pela Administração em 18/04/2024.

2.2 Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Empresa é o Real.

2.3 Uso de estimativa e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - teste de redução ao valor recuperável do contas a receber: principais premissas na determinação dos valores recuperáveis do contas a receber.
- **Nota Explicativa nº 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas;
- **Nota Explicativa nº 15** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade

3. Políticas contábeis materiais: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao custo amortizado; e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3 IRPJ e CSLL - corrente: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente na Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente mensal de R\$ 20 para impostos de renda, 9% sobre o lucro tributável para a CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como para prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. A mensuração do IRPJ e da CSLL diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

3.4 IRPJ e CSLL - diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são pensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 Imobilizado: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Intangível: (i) **Ágio:** O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável. (ii) **Demais ativos intangíveis:** Os demais ativos intangíveis estão registrados ao custo de aquisição ou alocação, e sua amortização é calculada pelo método linear baseada na expectativa de vida útil.

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não circulantes: Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Gonçalves Dias Empreendimentos Imobiliarios S.A.

CNPJ nº 05.965.205/0001-25

Table with financial statements for Gonçalves Dias Empreendimentos Imobiliarios S.A. including Balanços Patrimoniais, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultados, and Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Grupo Gonçalves Dias S.A.

CNPJ nº 09.328.663/0001-04

Table with financial statements for Grupo Gonçalves Dias S.A. including Balanços Patrimoniais, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultados, and Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Sijobe Administração de Bens e Participações S.A.

CNPJ nº 02.085.820/0001-59

Table with financial statements for Sijobe Administração de Bens e Participações S.A. including Balanços Patrimoniais, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Resultados, and Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,1673 / R\$ 5,1679 ** Câmbio livre mercado - R\$ 5,1620 / R\$ 5,1640 * Turismo - R\$ 5,1973 / R\$ 5,3773 (*) cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,29% BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: -0,08% Pontos: 124.645 Volume financeiro: R\$ 21,378 bilhões Maiores altas: Cogna ON (7,50%), YDUQS ON (5,73%), Petz ON (3,00%) Maiores baixas: Hypera ON (-5,66%), Iguatemi UNT (-5,04%), Aliansce Sonae (-4,91%) S&P 500 (Nova York): -0,46% Dow Jones (Nova York): -0,98% Nasdaq (Nova York): -0,64% CAC 40 (Paris): -0,93% Dax 30 (Frankfurt): -0,95% Financial 100 (Londres): 0,48% Nikkei 225 (Tóquio): -2,16% Hang Seng (Hong Kong): 0,48% Shanghai Composite (Xangai): 0,27% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,25% Merval (Buenos Aires): 3,53% IPC (México): 1,08% ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Maio 2023: 0,23% Junho 2023: -0,08% Julho 2023: 0,12% Agosto 2023: 0,23% Setembro 2023: 0,26% Outubro 2023: 0,24% Novembro 2023: 0,28% Dezembro 2023: 0,56% Janeiro 2024: 0,42% Fevereiro 2024: 0,83% Março 2024: 0,16%

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)			DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Azaleia Participações S.A. CNPJ/MF nº 34.530.986/0001-23				
Demonstração do Resultado do Exercício				
RECEITA BRUTA	0,00	0,00	DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA LÍQUIDA	0,00	0,00	31/12/2023	
LUCRO BRUTO	0,00	0,00	31/12/2022	
Despesas Administrativas	(101.227,80)	(92.060,06)	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Despesas Tributárias	(1.020,01)	(468,40)	14.377.044,28	
Despesas Financeiras	(182.237,15)	(526.574,04)	Outros Resultados Abrangentes	
Receitas Financeiras	1,73	34,18	0,00	
Outras Receitas Operacionais	14.661.527,93	12.556.917,52	RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	14.377.044,78	11.937.849,20	14.377.044,28	
Provisões para IR e CSL	(0,42)	(8,21)	DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.377.044,28	11.937.840,99	31/12/2023	
Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto em 31 de Dezembro de 2023				
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Valores pagos a fornecedores	(6.089,90)		31/12/2023	
Valores pagos a empregados	(70.167,60)		31/12/2022	
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(76.257,50)		ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Tributos pagos	(24.273,27)		Pagamentos de lucros e dividendos	
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(100.530,77)		Emprestimos tomados	
Recebimentos de lucros e dividendos	13.061.829,00		CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Outros recebimentos (pagamento) líquidos	(2.184,71)		Aumento nas Disponibilidades	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.959.113,52		DISPONIBILIDADES – NO INÍCIO DO PERÍODO	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de lucros e dividendos	(12.989.829,00)		DISPONIBILIDADES – NO FINAL DO PERÍODO	
Emprestimos tomados	31.000,00		898,82	
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.958.829,00)			
Aumento nas Disponibilidades	284,52			
DISPONIBILIDADES – NO INÍCIO DO PERÍODO	614,30			
DISPONIBILIDADES – NO FINAL DO PERÍODO	898,82			
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.				
1- CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa tem por objeto social holdings de instituições não financeiras e aluguel de imóveis próprios.				
2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, observando a legislação comercial e fiscal.				
3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas, tendo como forma de tributação o Lucro Presumido; b) A empresa não possui imobilizados em seus ativos; c) Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e atualizações monetárias; d) Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias; e) A equivalência patrimonial foi calculada mediante a aplicação da percentagem da participação do contribuinte no capital da coligada ou controlada, sobre o valor de patrimônio líquido, dessa aplicação apuramos: - Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 13.758.015,06 referente a empresa Triunfo Agropecuária S.A. e R\$ 903.512,87 referente a empresa Santa Barbara Imóveis S.A., registrado no grupo Outras Receitas; - Resultado Negativo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 181.369,94 referente a empresa Brumado Participações S.A., registrado no grupo Despesas Financeiras. f) Em 20/12/2023 a acionista Maria Stella Assumpção Quartim Barbosa vende o total de suas ações, em partes iguais para as acionistas Claudia Quartim Barbosa Nercessian, Renata Quartim Barbosa e Maria Regina Assumpção.				

Juros: noticiário local traz alívio à tarde e ponta curta encerra estável

Os juros futuros reduziram o ritmo de alta na sessão vespertina e os contratos de curto e médio prazos acabaram fechando estáveis, ainda que os rendimentos dos Tesouros se mantivessem bastante pressionados em reação ao dado de inflação nos Estados Unidos divulgado ainda pela manhã. O alívio foi atribuído à melhora na percepção fiscal a partir de declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicando pouca disposição em dar andamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que compõe boa parte da chamada “pauta-bomba” do Congresso.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,335%, de 10,341% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 marcava 10,60%, de 10,61% quarta no ajuste. A taxa do DI para janeiro de 2027, que pela manhã voltava a romper 11%, desacelerava a 10,93% (10,92% ontem). O DI para janeiro de 2029 subia de 11,38% para 11,42%, mas longe da máxima de 11,54%.

Após o forte estresse nos mercados globais na primeira etapa, instalado pela reação negativa ao índice de preço dos gastos com consumo (PCE, em inglês) nos Estados Unidos no primeiro trimestre, o mercado encontrou espaço à tarde para buscar um pouco dos prêmios de risco, com o noticiário local.

O fôlego de alta esvaeceu após Lira reforçar que a PEC não deve prosperar na Casa. “Não sei nem se vai andar, depois de tanta repercussão no Senado”, afirmou, à GloboNews. Disse ainda que não causou nem pretende causar “pautas-bomba” no Congresso e lembrou que não foi a Câmara que pautou o texto.

IstoéDinheiro

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Empreendedorismo: por que investir em cibersegurança para pequenos negócios?



Os tempos mudaram e muito do que se fazia pessoalmente, no passado, hoje é feito de maneira mais prática e totalmente online. Embora isso facilite grande parte das tarefas e aumente a produtividade, a internet também tem seu lado perigoso, já que nos expõe a riscos e ameaças relacionados à segurança cibernética — ou cibersegurança.

Se isso vale para os usuários pessoais, vale ainda mais para as empresas que oferecem seus produtos e serviços pela internet. E a situação é ainda mais delicada para pequenos negócios e profissionais autônomos, que não têm a verba de uma grande corporação por trás.

Por isso, vamos abordar

a importância de investir em softwares de segurança para micro e pequenas empresas — e como fazer isso sem quebrar o orçamento, com as soluções Avast Business.

Por que é tão importante investir soluções de segurança para pequenos negócios?

Diferente das grandes corporações, que podem arcar com soluções caras para garantir a segurança de seus dados e minimizar o impacto de quaisquer ameaças online, autônomos e pequenas empresas tendem a ser alvos mais fáceis para criminosos.

Com menos verba à disposição para investir em uma grande infraestrutura de segurança, esses empreendedores tendem a ficar à mercê de criminosos virtuais com

muito mais facilidade. Confira a seguir alguns dos principais riscos online para micro e pequenos empreendedores:

Ameaças como vírus e malware já são bastante conhecidas há muito tempo. Eles são arquivos e softwares maliciosos, que passam por brechas na segurança e se instalam no dispositivo, às vezes sem nem o usuário saber.

Esses vírus podem causar vários tipos de problemas, como: corromper ou apagar arquivos e dados importantes, sobrecarregar o dispositivo a ponto de danificá-lo, espiar as atividades realizadas no dispositivo infectado e criar pontos vulneráveis, facilitando a invasão do aparelho por criminosos.

TecMundo

Windows 10 ganha recurso que torna atualizações mais leves

As atualizações cumulativas do Windows 10 serão menores graças a um novo recurso que já está presente no Windows 11. A função permite que os pacotes tomem cerca de 40% menos espaço no armazenamento interno do computador.

A redução no tamanho das compilações acontece graças a uma solução apresentada pela Microsoft em outubro de 2021. No artigo original, a empresa explica como conseguiu aplicar uma série de métodos, incluindo expressões matemáticas, para elaborar o mecanismo.

De forma geral, a companhia substituiu o tradicional método de encaminhar arqui-

vos inteiros no update, direcionando exclusivamente as partes modificadas. O resultado dessas otimizações e aperfeiçoamentos de código geraram uma economia de cerca de 40% do tamanho do pacote.

Por conta da novidade, o patch de segurança de abril de 2024 ocupou cerca de 650 MB e o próximo patch de segurança do Windows 10 (referente a maio) pesará menos de 700 MB no armazenamento interno.

A otimização no tamanho das compilações é distribuída para todo o público dentro do patch KB5036979 no Windows 10. Como sempre, o pacote é entregue pelo Windows Update.

TecMundo



App do Gemini para Android chega ao Brasil e substitui o Google Assistente



O Gemini, atual chatbot de inteligência artificial (IA) do Google, está disponível oficialmente para Android no Brasil. Usuários do país agora podem fazer o download do aplicativo direto da Google Play Store, a loja digital da plataforma para tablets e celulares.

Anteriormente, só era possível usar o serviço via APK instalado de forma paralela ou acessando a versão web via navegador. Se você quiser experimentar o Gemini, basta iniciar o download ou então entrar manualmente na Google Play Store do seu aparelho.

A instalação do aplicativo só funciona em smartphones

Android com 4 GB ou mais de RAM e que estejam na versão Android 12 ou superior.

O Gemini é o nome tanto do chatbot da empresa, anteriormente chamado de Google Bard, quanto do modelo de linguagem criado e mantido pela empresa.

Atualmente na versão 1.5, ele opera de forma similar a serviços como o ChatGPT: por meio de comandos de texto, você consegue pedir respostas, sugestões e até conteúdos inteiros para a IA.

Chegada do Gemini começa “aposentadoria” do Google Assistente

A disponibilidade do Gemini como alternativa de chatbot em dispositivos móveis marca também a substituição

do Google Assistente pela novidade. A ideia é que, aos poucos, o conhecido serviço de auxílio da companhia seja trocado pelo chatbot mais inteligente.

Ao fazer o download do Gemini, o aplicativo do Google Assistente, caso já esteja instalado, muda nome e ícone para o novo chatbot. Em um primeiro momento, entretanto, a alteração ainda não é definitiva e é possível reverter a configuração.

Para fazer isso, abra o app do Gemini e clique na foto de perfil. Depois, vá em “Configurações” e abra o item “Assistentes digitais do Google”. Na nova tela, escolha qual dos dois será o seu assistente padrão no aparelho.

TecMundo

Negócios

Vale: CEO destaca maior produção de minério de ferro em 5 anos



Durante a teleconferência da Vale na quinta-feira (25) o atual presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo, afirmou que a companhia teve a maior produção para um primeiro trimestre desde o ano de 2019.

Conforme os dados do balanço da Vale a mineradora registrou uma produção de minério de ferro de 71 milhões de toneladas, representando um crescimento de 6% em relação a igual etapa do ano anterior.

Além disso, o CEO da Vale frisou os dados divulgados recentemente acerca da meta de energia. Isso, dado que a mineradora está operando utilizando 100% de energia de fontes renováveis.

“Nosso foco em nos tornarmos líderes em ESG na mineração segue dando frutos”, disse Bartolomeo.

Já o vice-presidente executivo de finanças e relação com investidores, Gustavo Pimenta, destacou o Ebitda que considerou positivo – de US\$ 3,8 bilhões – em conjunto com o aumento de 15% nas vendas de minério de ferro entre janeiro e março.

Além disso, chamou a atenção para a redução de custo na produção, que caiu para US\$ 23,5 por tonelada.

Olhando para o resultado da Vale do 1T24, especialistas da XP apontaram os números como “em linha com as expectativas”, destacando o Ebitda 3% acima das pro-

jeções da casa e praticamente em linha com o consenso de mercado.

A casa segue com recomendação de compra para VALE3. O preço-alvo da casa é R\$ 82, ao passo que os papéis negociam a cerca de R\$ 62 em bolsa atualmente.

“Com os números operacionais já divulgados, vemos os resultados fracos de hoje desproporcionalmente afetados por ventos contrários relacionados ao cenário macro, com a queda dos preços do minério de ferro ao longo do 1T levando a uma realização de preço mais fraca do que o normal e a valorização do BRL tendo um efeito negativo nos custos, ambos já apresentando melhorias no 2T”, diz a XP.

Suno

CEO da Petz aumenta participação e ultrapassa 30%



O CEO da Petz (PETZ3), Sergio Zimmerman, ultrapassou 30% de participação societária na companhia. A informação foi comunicada ao mercado pela varejista na quinta-feira (25).

A posição do CEO da Petz na companhia agora é de 141,4 milhões de ações ordinárias – que representam cerca de 30,6% do capital social.

A divulgação pública se dá por conta da obrigação regulatória de avisar ao mercado sempre que um acionista ultrapassa marcas de 5%, 10%, 15% e em diante na estrutura societária.

Conforme detalhado pela empresa, além das ações ordinárias o executivo detém

Saiba o que é moda sustentável e como isso ajuda o meio ambiente

Quando o assunto é o consumo de roupas, a moda precisa se apresentar como uma aliada nesse processo diário.

No Brasil, por exemplo, uma pesquisa da Union + Webster, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em 2019, apontou que 87% da população prefere comprar peças de marcas sustentáveis.

Além disso, 70% dos entrevistados garantiu não se importar em pagar um pouco mais por isso.

O termo, cada vez mais presente nas rodas de conversas e no ambiente digital, trata-se de uma abordagem mais responsável para projetar, fabricar e consumir roupas, garantindo pouco ou nenhum dano ao planeta.

A ideia central é pensar em soluções mais responsáveis para todo o ciclo de vida de uma roupa, em tudo aquilo que reduza o impacto ambiental.

Nesse conceito, a pro-

dução de resíduos têxteis e exploração de mão de obra barata são encaradas como problemas.

Vale dizer que, em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu sustentabilidade como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Assim, o conceito também faz referência ao tempo de vida das roupas, prezando por materiais reciclados e itens de qualidade.

Práticas sustentáveis no setor fashion existem desde os anos 60. Aliás, o movimento hippie – que defendia o meio ambiente e a comunidade, priorizando uma moda mais limpa e atenciosa com os aspectos sociais – fortaleceu essa ideia.

O debate voltou força a partir de 2010, quando o impacto negativo da moda rápida e excessiva ganhou destaque.

CNN



“10.000.000 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias de emissão da Companhia, de liquidação física, que potencialmente podem aumentar a participação para aproximadamente 1,1% do total do capital social”.

Além disso, Sergio Zimmerman detém “172.000.000 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias de emissão da Companhia, de liquidação exclusivamente financeira, que representam, em conjunto, aproximadamente, 17,4% do capital social da Companhia”.

Adicionalmente, estes instrumentos não têm o potencial de interferir na parti-

cipação no capital social da Companhia.

A notícia se dá em meio a um rali relevante de PETZ3, dada a alta de 52% entre os dias 18 e 22 de abril. A apreciação dos papéis está atrelada ao comunicado oficial de que a companhia possivelmente fará uma fusão com a Cobasi.

Em relatório, a XP (XPBR31) avaliou de forma positiva o acordo sobre a possível fusão entre a Petz e a Cobasi, mas acredita que ainda é cedo para avaliar o potencial de sinergias entre as duas empresas. As ações da Petz dispararam na segunda-feira (22), liderando os ganhos do Ibovespa.

Suno